

**HABEAS CORPUS Nº 561.298 - MG (2020/0033668-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : ALINE DE ALMEIDA NEVES DE MELLO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : GLEYCE MIRANDA RIBEIRO**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

**GLEYCE MIRANDA RIBEIRO** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, que manteve a custódia preventiva da ré decretada pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 e 244-B da Lei n. 8.069/1990.

Em suas razões, a defesa requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura. Para tanto, sustenta a nulidade da custódia, haja vista que o Magistrado justificou a presença dos indícios de autoria apenas em denúncia anônima. Destaca, ainda, a não configuração do delito de tráfico de drogas e ausência dos requisitos para a manutenção da custódia.

Indeferida a liminar (fls. 102-104) e prestadas as informações (fls. 108-167), veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 171-175), que opinou pelo não conhecimento do *writ*.

**Decido.**

**I. Contextualização**

O Magistrado de primeiro grau enfatizou a gravidade dos delitos cometidos "tráfico de entorpecente, associação para tráfico e corrupção de menor de idade, sendo certo que foi apreendida considerada quantia de entorpecente no interior do imóvel usado pela associação, que em exame preliminar constatou ser cocaína" (fl. 77) e justificou a necessidade da medida, pois a paciente "os representandos Gleyce e Edmylson Jayro Dyego já são conhecido no meio policial, inclusive tendo se envolvido em episódio de tráfico de drogas em Belo Horizonte em data recente, como afirmado na Comunicação de Serviço de ff. 65/69 e constante da FAC de 50/59" (fl. 27). Ainda, de acordo com o Juiz, ao indeferir o pedido de

liberdade provisória (fl. 95, grifei):

Ademais, merece atenção o fato de que a requerente não foi localizada em seu domicílio, apesar de existir contra ela medidas cautelares fixadas pelo Juízo Criminal da Comarca de Belo Horizonte, consoante consta do documento de f. 13.

Chamo a atenção para o fato de que a inicial foi instruída com duas procurações outorgadas pela ré e uma declaração, cada uma constando um endereço diferente, tudo demonstrando sua tentativa de se furtar a ação penal. O simples fato da requerente ter filhos menores e não possuir antecedentes criminais não pressupõe a revogação da prisão, se as circunstâncias do crime a justificarem.

Chamo a atenção para o fato da autora estar **evadida** do distrito da culpa, constante da comunicação de serviço de f. 118, bem do despacho de f. 120 dos autos da ação penal, é mais um motivo para manutenção da prisão preventiva.

O Tribunal de origem esclareceu também que (fl. 27):

Ademais, conforme depoimentos das testemunhas e informações prestadas pela douta magistrada, além de ser a paciente temida na região e contar com a participação de um menor de idade no delito, deveria cumprir medidas alternativas da prisão na Comarca de Belo Horizonte (doc. n.º 17, fl. 16 e doc. n.º 18), porém encontra-se foragida. Destarte, mostra-se inviável o pleito da aplicação do artigo 319 do CPP, visto que sequer encontra-se presa ou que cumpriu as medidas anteriores fixadas pelo Juízo de Belo Horizonte.

De acordo com as informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau:

Já foram efetuadas diligências pela polícia civil, na tentativa de cumprir o mandado de prisão expedido, sem sucesso. Também restaram infrutíferas todas as tentativas de citação pessoal feitas pelos oficiais de justiça da Comarca.

**Friso que a paciente Gleyce Miranda Ribeiro e o corréu Edmylson Jayro encontram-se foragidos, não**

**sendo possível a citação deles até essa data**, razão pela qual o feito precisou ser desmembrado, já que o corréu Arce Martins Ribas encontra-se preso (fl. 109, grifei)

## **II. Idoneidade do decreto de prisão preventiva**

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Apoiado nessa premissa, verifico que **se mostram suficientes as razões invocadas na instância de origem para embasar a ordem de prisão do ora paciente, porquanto contextualizaram, em dados dos autos, a necessidade cautelar de segregação da acusada.**

Com efeito, o Juiz de primeira instância apontou, de forma idônea, a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, **indicando motivação suficiente para decretar a prisão preventiva**, ao salientar a gravidade dos delitos praticados, especialmente porque, conforme denúncia, a ré aliciava "**crianças e adolescentes para o exercício das [...] atividades ilícitas**" (fl. 32, destaquei) e do risco de reiteração delitiva e de não aplicação da lei penal, haja vista que ela está **foragida**.

Dadas as apontadas circunstâncias do fato e as condições pessoais do réu, não se mostra adequada e suficiente a substituição da prisão preventiva por medidas a ela alternativas (art. 282 c/c art. 319 do CPP).

## **III. Indícios de autoria – dilação probatória**

Por fim, ressalto que o exame da **suposta ausência de pressupostos suficientes da autoria delitiva** demandaria ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus.

Nesse sentido:

[...] 2. A moldura fática delineada pelas instâncias ordinárias evidencia a presença de indícios suficientes da participação da acusada na atividade ilícita, até mesmo com o envolvimento de seu irmão adolescente na tentativa de ocultar drogas e destruir documentos.

Logo, para rever esse entendimento, seria necessária ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus. [...]

(HC n. 510.012/PR, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 9/9/2019)

#### **IV. Nulidade das provas**

Em relação à apontada **ilicitude de provas por derivação**, constato, de início, que o pleito da defesa não foi analisado pelo Tribunal de origem, o que impede a apreciação dessas questões diretamente por esta Corte Superior de Justiça, sob pena de, assim o fazendo, incidir na indevida **supressão de instância**.

#### **V. Dispositivo**

Por fim, ressalto que, sob o prisma do entendimento adotado por esta Corte Superior de Justiça acerca da necessidade de manutenção da custódia preventiva em casos como o dos autos, não há óbice a que se decida este recurso em habeas corpus de forma monocrática, haja vista ser expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal – que o Relator decida o habeas corpus, monocraticamente, quando a decisão impugnada se conformar com a jurisprudência dominante acerca do tema.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
Relator